

===== **ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA TEMÁTICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM CINCO DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E DEZASSETE:**=====

===== *Aos cinco dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, pelas dezassete horas e trinta minutos, no Auditório da Escola Secundária Soares de Bastos, reuniu, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelo Senhor **António Luís da Fonseca e Grifo** – Primeiro Secretário e pela Senhora **Helga Alexandra Freire Correia** – Segunda Secretária e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto único:** *Igualdade e Cidadania.*=====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, João Pedro Queirós Xará, Carlos Manuel Costa Gomes, António Castro Alves da Cruz, Nuno Ricardo Fernandes Pires, Maria Helena Soares de Oliveira Lestre, António Manuel Fernandes Aguiar e Carlos Manuel Pinho e Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Ana Sofia Ferreira Pinho, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, Ana Raquel Simões Teixeira, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho e Armindo Fernando Nunes.*=====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva.*=====

===== **Independente:** *Augusto Moreira.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey (PSD), André Lourenço Pereira Ribeiro - Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes , José Rodrigues dos Santos - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, Bruno Armando Aragão Henriques (PS) e Agostinho Tavares - Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo/ Pindelo.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: João Pedro Queirós Xará que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido José Domingos Campos Silva e Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Helena Maria Dinis dos Santos em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando:* =====

===== *Vamos então dar início à sessão. Uma Assembleia Temática, cujo tema é “Igualdade e Cidadania”. Eu quero fazer a apresentação da Mesa, porque está muita gente de fora e que se calhar não conhece, ao meu lado esquerdo: Dra. Helga Correria – Segunda Secretária da Mesa e deputada do grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República e é também a presidente do Núcleo das Mulheres Sociais Democráticas. Ao meu lado direito: senhor António Grifo – Primeiro Secretário da Mesa. Boa tarde a todos os presentes. Cumprimentando de forma muito especial os nossos convidados que muito nos honram com a sua presença nesta Assembleia Municipal Extraordinária. No dealbar do meu mandato, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, e dando seguimento a uma das minhas promessas eleitorais na realização de Assembleias Dinâmicas e Temáticas, não foram muitas, foram as possíveis. Mas penso que nos próximos mandatos estas Assembleias Temáticas deverão acontecer com mais frequência. Não quis deixar de promover mais uma sessão de análise, de esclarecimento, e de debate de uma temática cuja pertinência e atualidade se mantem e se justifica, eu digo mesmo na sociedade mundial, a Igualdade e a Cidadania. Sempre fui um cidadão defensor e praticante da máxima: “todos diferentes, todos iguais.” No entanto, todos iguais na sua diferença. Não poderia estar mais de acordo com os ideais defendidos pela nossa Constituição, sobrescrevendo-a na garantia de igualdade de direitos, deveres e oportunidades a todos os cidadãos. Vivemos num Estado de Direito e esta é ou deveria ser uma exigência lutar todos os dias por uma sociedade mais inclusiva e menos injusta e penalizadora. É possível constatar nesta Assembleia que homens e mulheres têm voz e participação ativa e empenhada. Algo impensável há alguns anos atrás, num tempo em que se proclamava que as mulheres não tinham direito a ter opinião própria, porque a política era coisa de homens. Felizmente, hoje, a História escrevesse de maneira diferente. Contamos com a contribuição ativa das mulheres na nossa sociedade, exercendo cargos públicos, privados, políticos, profissionais e sociais ao mais alto nível. Permitam-me, então, que lance as questões para debate: Porquê a exigência de cotas, se temos mulheres que se distinguem tanto ou melhor que os homens nas mais diversas áreas de atuação? Não será este um atestado de menoridade? Onde está a diferença? – A diferença não deverá estar no género, na raça ou na etnia. Mas sim no valor, na competência e no*

reconhecimento de cada um. O debate está lançado. Temos aqui gente com grande importância para ser ouvida. Para que este debate seja profícuo, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, professor Isidro Figueiredo. =====

===== Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros Secretários, caros Membros desta Assembleia Municipal, caros Convidados. Espero, antes de mais, que se sintam bem, aqueles que nos vistam hoje e que estão aqui no Município de Oliveira de Azeméis para participar nesta Assembleia Temática dedicada ao tema “Igualdade e Cidadania”. O Município de Oliveira de Azeméis, não se tem demitido do seu papel de promoção da igualdade de género e da cidadania, pelo que tem vindo a realizar um percurso progressivo e consistente, com as suas opções estratégicas, procurando sempre que possível integrar estas matérias nas políticas municipais e medidas que leva a cabo. Estas preocupações têm sido assumidas, de uma forma mais direta, com ações e projetos concretos neste domínio e de uma forma mais transversal quer em termos internos numa perspectiva de implementação de boas práticas organizacionais, quer em termos externos no que se refere à atuação municipal em prol de qualidade de vida concelhia. Em 2013, foi aprovado o Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social do Município de Oliveira de Azeméis. Este documento assumiu-se como um instrumento de política global, uma vez que estabeleceu uma estratégia de transformação das relações sociais entre homens e mulheres, fixou objetivos e metas a curto / médio e longo prazo e definiu os recursos mobilizáveis para a execução das medidas propostas, assim como os responsáveis pela sua persecução. No total de 18 medidas internas e 28 externas, que concretizámos, procuramos desenvolver o nosso trabalho na área da igualdade e cidadania de forma faseada e sustentada garantindo que todas as pessoas estão envolvidas no processo e criando espaços de discussão para permanentemente ajustarmos as nossas ações às dificuldades que vão surgindo e às resistências que sempre ocorrem nos processos de mudança. Em 2017, foi aprovado o segundo documento estratégico para a Igualdade, Cidadania e Responsabilidade Social do Município de Oliveira de Azeméis. Este documento releva a importância da articulação da agenda municipal, que pretende alcançar uma nova maneira de pensar o desenvolvimento ao expandir o leque de preocupações para além da economia, ambiente e ação social com os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos na cimeira da ONU em setembro de 2015, bem como a implementação dos guias para a integração a nível local de perspectiva de género, criados no âmbito da LGE promovido pelo CES de Coimbra e Assis. No âmbito da missão que nos cabe, enquanto entidade pública, procuraremos elevar cada vez mais alto os valores do respeito e da tolerância, contribuindo para a promoção de uma sociedade mais coesa, eliminando estereótipos e preconceitos capazes de minar a união entre as pessoas. Os resultados demoram naturalmente o seu tempo. Mas, esta é a nossa missão, é este o nosso compromisso: – Igualdade e Cidadania para um concelho de Oliveira de Azeméis cada vez melhor e de exemplo para os seus concidadãos e para o País. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à senhora Vereadora da Ação Social e Conselheira Local para a Igualdade, Dra. Gracinda Leal.* =====

===== *Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Uma saudação especial à Mesa da Assembleia Municipal, à Câmara Municipal e a todos os convidados e convidadas aqui presentes para esta sessão temática. Minhas Senhoras e Meus Senhores: A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis tem vindo a adotar um critério de realização de debates sobre temas que preocupam e interessam às pessoas do nosso concelho. Daí, estar a ter lugar esta Assembleia, hoje, subordinada ao tema “Igualdade e Cidadania”. Resultado de uma preocupação da Câmara Municipal em contribuir para o reforço e concretização das políticas definidas para a Igualdade de Género, nomeadamente a sua promoção e divulgação tornando a informação acessível a todas as pessoas. Esta é uma Missão que exige o empenho e a participação de toda a comunidade e foi prontamente acolhida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal esta nossa iniciativa. Como é do conhecimento de Vossas Excelências, no seguimento da assinatura do protocolo de colaboração estabelecido com a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, em outubro de 2012, foi com convicção que aceitei o convite para Conselheira Local para a Igualdade, tomando por compromisso o desenvolvimento de medidas que visem a formação e o esclarecimento dos nossos recursos humanos, dos nossos municípios e das nossas entidades parceiras para a promoção da Igualdade e Responsabilidade Social, bem como a implementação dos planos municipais para a igualdade e responsabilidade social. Um plano Municipal consubstancia-se, antes de mais, num compromisso político com a promoção da igualdade, da responsabilidade social nas organizações e com a promoção da qualidade de vida de mulheres e de homens a nível local. É pois, um “instrumento de política global” que estabelece estratégias, fixa objetivos e metas, define os recursos mobilizáveis e as pessoas responsáveis pela sua prossecução. Os nossos planos municipais têm uma mais-valia, uma inovação é que juntam a igualdade à responsabilidade social e que tem dado bastantes frutos nesta questão de organização. Em abril, último, apresentámos aquele que é já o II Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social no Município de Oliveira de Azeméis, vigente até 2019. Onde constam um conjunto de ações, quer na sua vertente externa, que visam promover uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres em diversos domínios, quer também na sua vertente interna. Este II Plano tem algumas novidades, nomeadamente o alargamento das áreas de intervenção como é o caso da Saúde e Ação Social e com particular enfoque na prevenção e tratamento das questões relacionadas com a Violência Doméstica que afetam particularmente as mulheres. Uma outra área como a Educação, o Emprego e Formação; a Cultura, Desporto, Juventude e Lazer, Urbanismo, Habitação e Ambiente, Organizações da Sociedade Civil e Empresas, Mobilidade, Transportes, Segurança e Prevenção da violência no espaço público. Além deste alargamento das áreas de intervenção, também no nosso II Plano, está uma meta que é a implementação do I Plano Municipal de Combate à Violência Doméstica e a assinatura de um Protocolo com a Secretaria de Estado para a*

Igualdade e Cidadania e outras entidades locais para uma estratégia de combate à violência doméstica. Este protocolo foi assinado no passado dia 21 de abril de 2017, no âmbito do Azeméis Social. Com este II Plano queremos implementar os guias para a integração a nível local da perspectiva de género e calcular o índice municipal para a igualdade e cidadania no nosso município. A exemplo de outros países europeus também em Portugal a construção do Estado-nação implicou a delimitação das fronteiras entre os espaços públicos e privados, os quais sendo sexualmente conotados, excluía as mulheres dos primeiros. Da aceitação desta partilha à sua contestação percorreu-se um longo caminho, através do qual se foi construindo a individualidade feminina como ser social e político, sendo as reivindicações de direitos em especial da instrução elementos-chave no acesso à cidadania. A história das mulheres é uma das áreas de estudo que se desenvolveu em Portugal a partir dos anos setenta, beneficiando da abertura política proporcionada pela revolução democrática de Abril de 1974. O grande desafio do Século XXI é, sem dúvida, a prossecução de políticas integradoras da igualdade do género em todas as ações correntes, o que implicará a reorganização das sociedades em que mulheres e homens com as suas características próprias de valor equivalente e complementar vão contribuir para a melhoria de vida de todos e todas. Só assim haverá progresso. Só assim a democracia será plenamente vivida na realidade quotidiana, quando se respeita e aplicam-se os direitos humanos. Hoje, com um painel de intervenções, todas elas ligadas à informação e esclarecimentos do tema em debate, será, certamente, possível uma melhor reflexão sobre os problemas em causa. E relativamente ao tema desta Assembleia, não basta saber que a igualdade é um dos princípios base que se orientam os direitos humanos, não basta saber que o princípio da igualdade está na base de qualquer constituição democrática que se proponha valorizar todas as pessoas, homem ou mulher. Não basta estar contemplado este princípio em várias normativas e diretrizes quer nacionais e europeias. Pois, a igualdade continua a ser descorada e não é garantida para todas as pessoas. Por isso, cabe a cada um, cabe a cada uma de nós lutar por essa igualdade. Cabe a cada pessoa acreditar e lutar por uma sociedade justa e solidária, promovendo uma nova consciência cívica. Quanto à cidadania ela é um processo e o exercício pelo qual as pessoas partilham valores e normas de comportamento, que possibilitam o relacionamento e a identidade coletiva. O exercício de cidadania não é apenas um direito que contribui para o bem-estar de uma sociedade, mas que, permite também garantir que os objetivos, as necessidades e os interesses das diferentes pessoas, especialmente das mais desfavorecidas, sejam adequadamente representados nas decisões políticas. A cidadania expressa assim, a igualdade das pessoas perante a lei e a pertença a uma sociedade organizada. Posto isto, sensibilizar crianças, jovens, pessoas adultas e mais velhas para as questões da cidadania e da igualdade, é estarmos a contribuir para formação de pessoas mais responsáveis e mais participativas. É indiscutível a relação casual entre a educação, a pobreza e/ou a exclusão social, os direitos humanos e a cidadania. A cultura da igualdade é essencial para assegurar que cada homem e cada mulher sejam considerados, de facto, cidadãos e cidadãs de pleno direito. Mas só com o envolvimento de todos os sectores como escolas, IPSS, empresas,

ACES, Juntas de Freguesia e outras entidades, todas as pessoas, na luta por um mundo livre de exclusão e de pobreza poderemos aspirar um mundo melhor e educar para uma cultura da não discriminação e da não-violência e para os valores da tolerância, da convivência, do diálogo, da diversidade e sobretudo para uma solidariedade ativa. Isto é urgente. Muito obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente da Comissão para a Igualdade e Cidadania, Dr. Carlos Duarte - Licenciado em Direito, membro efetivo do Conselho de Administração do Instituto Europeu para a Igualdade de Género, até 31 de maio de 2019; Vice-Presidente da Comissão para a Igualdade e Cidadania, desde 16 de agosto de 2016. =====

===== Muito boa tarde a todas e a todos. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vereadora para a Ação Social, senhoras e senhores deputados da Assembleia da República, membros da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis e a todos e todas presentes nesta sessão Extraordinária dedicada ao tema “Cidadania e Igualdade e Género”. Gostaria também de, nas minhas palavras iniciais, agradecer o convite que foi dirigido à Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade que, por motivos de agenda, não pôde estar hoje aqui presente. E saudar, naturalmente, a iniciativa da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis que me fez recordar um pouco uma medida que foi lançada ou proposta por Portugal, em 2007, que na altura assumia a Presidência Portuguesa da União Europeia. Como se recordam, em 2007 foi celebrado o ano Europeu de Igualdade e de Oportunidades para todos e para todas. E na altura, Portugal propôs, como medida do seu programa nacional, a realização de Assembleias Municipais temáticas para a diversidade e para a igualdade. Esta iniciativa da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é pois, uma boa prática que vem no seguimento dessa outra mais distante e é com agrado que registo que essa boa prática que então Portugal lançou acabou por dar os seus frutos. É outra razão da minha particular satisfação em estar, enquanto Vice-presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, hoje aqui presente, neste tema tão específico e que se enquadra no âmbito das atribuições da comissão que eu aqui represento, é precisamente o facto de a CIG celebrar este ano 40 anos de vida. A comissão foi institucionalizada por decreto lei, embora, houvesse antecedentes que remontam antes do 25 de abril. A comissão foi institucionalizada em 1977, no primeiro governo constitucional liderado por Mário Soares, e muito se deve a essa institucionalização, ao trabalho, à persuasão e à iniciativa da Eng.ª Maria de Lurdes Pintassilgo que, até ao momento, foi a única mulher Primeira-ministra em Portugal. Portanto, a Comissão iniciou-se em 1977, como Comissão para a Condição Feminina, depois 1991 passou a ser a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e desde 2007 é a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. O que corresponde ao progressivo alargamento das suas atribuições que foi absorvendo novas áreas temáticas que não estavam incluídas no projeto e na conceção inicial de uma Comissão desta

natureza. Peço desculpa por esta introdução e por ter começado por referir os 40 anos da CIG, mas como se sabe esta comissão e a sua criação, contribuiu de forma indelével para a consubstanciação das políticas de igualdade entre mulheres e homens em Portugal, no quadro da nossa arquitetura institucional. Discutir a cidadania e a igualdade, nesta Assembleia Municipal Extraordinária, significa pois, honrar esse passado e elevar o nível político desta agenda, a agenda da igualdade, debatendo estas questões com quem toma estas decisões políticas ao nível local. Com efeito a igualdade de género é um requisito para a qualidade da nossa democracia, é uma questão de Direitos Humanos, como já foi aqui falado e de valorização e respeito pela dignidade de cada ser humano. Uma sociedade democrática, de facto, só se constrói com o empenho de todas e de todos e esse empenho, que é também um imperativo de responsabilidade social, começa precisamente ao nível local. Neste campo apraz-me registar sobre maneira o compromisso e o empenho do Município de Oliveira de Azeméis, como também já foi aqui referido do Senhor Presidente da Câmara, com o tema da igualdade e com o tema da cidadania. É um compromisso que vem de trás. E, isso ficou, aliás, demonstrado com o facto de o Município ter sido galardoado com o prémio “Viver em Igualdade”, recentemente, nesta última edição. Pelo que, é impossível deixar de felicitar a autarquia, agora pessoalmente e de viva voz, pelo prémio obtido e que corresponde ao mérito desta autarquia nesta área. Para além disso e como já foi referido aqui pelo Senhor Presidente e pela senhora Vereadora Gracinda Leal, em 2014 foi aprovada o I Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social, em 2016 o I Plano Municipal para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e à Violência de Género. Demonstrando a importância do trabalho em rede e em parceria com a Sociedade Civil e com a vários setores da Administração Pública. E, já este ano, entrou em vigor o II Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social. Permitam-me fazer agora um breve retrato, sei que há muitas intervenções durante esta sessão e não queria alongar-me demasiado, da agenda da igualdade a nível nacional: Na persecução da sua missão a CIG atua em várias frentes, sendo as suas áreas de intervenção prioritárias definidas através dos planos nacionais de ação que estão sobre sua responsabilidade, sobre sua coordenação, nomeadamente o Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Não Discriminação; o Plano Nacional de Combate e Prevenção à Violência Doméstica e de Violência de Género e o Plano Nacional para Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos. Com efeito, há quase duas décadas, mais propriamente em 1997 ano em que foi lançado o primeiro plano nacional, que o país tem e vem implementando políticas públicas e nacionais de promoção da igualdade e cidadania e de prevenção e combate à violência doméstica e de género, incluindo o tráfico de seres humanos. A partir do IV Plano Nacional para a Igualdade, que vigorou de 2011 a 2013, a ação das políticas públicas nesta área alargou-se ao nível local, ao território. O território começou a ser uma prioridade, de facto, na implantação das políticas públicas definidas ao nível nacional dada a responsabilidade particular dos municípios, como entidades de charneira na territorialização. Foi nesta lógica de ação que começaram a surgir as conselheiras e os conselheiros locais para a igualdade, cujo

estatuto foi aprovado e consolidado em 2010. E foi também nesta lógica que surgiram os planos municipais para a igualdade, estes planos consubstanciam um compromisso político com a promoção da igualdade e com a melhoria da qualidade de vida das mulheres e dos homens ao nível de cada município, a um nível mais micro portanto, enquanto estratégias integradas de política local. Depois deste passo dado em 2011, o V Plano Nacional para a Igualdade, assim como o V Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género e o V Plano para o Combate ao Tráfico de Seres Humanos prosseguiram esta matriz de territorialização, incluindo medidas de política especificamente orientadas para territorialização destas políticas nacionais e também há que dizê-lo das políticas europeias e internacionais. Pelo meio deste caminho registam-se já 187 municípios do país que celebraram protocolos com a CIG. O que significa mais de metade dos municípios ao nível nacional. Também mais de metade, 168, já designou conselheiras/os locais e perto de uma centena, 93, neste momento - segundo os dados de que disponho, estão a elaborar ou a finalizar a sua estratégia local com vista à aprovação do seu plano municipal para a igualdade. No entanto, como contraponto a esta realidade, que é uma realidade francamente positiva, e já agora a título de curiosidade uma vez que estamos numa Assembleia Municipal Extraordinária, registam-se apenas - tendo em conta os resultados das últimas eleições autárquicas de 2013 - 7,5% de mulheres presidentes de câmara; 12,8% de mulheres presidentes de assembleias municipais; 12,3% de mulheres presidentes de juntas de freguesia; 26,1% de mulheres presidentes de assembleias de freguesia. Ou seja, no total, entre presidentes de câmara, assembleias municipais, assembleia de freguesia, presidentes de juntas de freguesia, temos apenas 31,1% de representação de mulheres ao nível poder local. Por aqui vemos que este é um caminho que não se esgota nos planos que atrás fiz referência. Há muito por fazer e as conquistas passadas não devem travar as ações presentes e futuras. Recordo que a promoção de uma efetiva igualdade entre mulheres e homens é uma tarefa fundamental do Estado, como também já foi dito, onde as autarquias locais assumem, um papel preponderante. Porque é de direitos humanos que estamos a falar. E o tema dos direitos humanos é um tema de todas as pessoas. É um tema dos homens, é um tema das mulheres, são temas de afirmação da cidadania; Já que o princípio da universalidade dos direitos humanos é um veículo para a construção de consenso de pluralismo e de participação democrática. Sabemos claramente que partimos de uma realidade social complexa, mas sabemos também que estas medidas de política pública local procuram combater e corrigir assimetrias e problemas sociais associados às desigualdades, em particular às desigualdades de género, mas também em razão da orientação sexual e da entidade de género. Este é o caminho que nos parece correto: a implicação dos atores locais e a territorialização das políticas públicas, como um fator chave na gestão eficiente dos processos de inclusão social. O reconhecimento que as autarquias são as principais matrizes das organizações territoriais e desempenham um papel dinamizador da governação e do desenvolvimento local, em virtude da sua particular legitimidade democrática da proximidade aos cidadãos e às cidadãs e da capacidade de mobilização de todos os recursos vivos locais. Um caminho que leve efetivamente a igualdade às pessoas e que elimine todas as

formas de violência de que estas possam ser alvo. Um caminho que nos permita construir a cidadania e a igualdade a partir de cada um e cada uma de nós, da nossa ação individual e coletiva, derrubando os nossos preconceitos, desconstruindo desde logo os estereótipos de género, de idade, de etnia, de entidade de género, de orientação sexual, de condição social, entre muitos outros. Ou seja, cumprindo o art.º 1º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos – Liberdade e Igualdade e, também, como já foi aqui referido, o art.º 13º da nossa Constituição. Este é um caminho conjunto: As políticas nacionais de par com as políticas locais; É por isso que a CIG tem vindo desde os anos 90 do século XX, a trabalhar com o especial enfoque a área da cooperação regional e autárquica. Temos apoiado as autarquias com formação específica, com a participação em rede de locais de igualdade e prevenção à violência doméstica e de género, com consultoria presencial e à distância, com o apoio na elaboração e implementação de Planos Municipais para a Igualdade e com a produção de alguns materiais específicos de sensibilização e materiais formativos como publicações técnicas, estudos, etc. Ou seja, um apoio como objetivo do desenvolvimento das políticas locais de cidadania e igualdade. Um estímulo ao trabalho local em rede com um papel preponderante das redes sociais locais. As razões que explicam esta orientação prendem-se com a certeza de que aqueles e aquelas que trabalham sobre o território sabem que este pode apenas providenciar um ambiente seguro, saudável, inclusivo, comunicativo e sustentável, se for sensível às necessidades e aspirações de toda a população, - leia-se de mulheres e homens, combatendo e corrigindo disparidades nos problemas sociais associados às desigualdades. Os planos municipais tornam-se então instrumentos de política local, orientados para a promoção da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs ao nível local, de igual modo promovem maior justiça social e aumentam a competitividade social, económica e cultural do município e do concelho em causa. A CIG continuará a cooperar com os municípios, tendo como meta o desenvolvimento sustentável do território do país em consonância com os dezassete objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas definidos para a agenda 2030. Do local até ao nacional, do nacional até ao universal, com mais igualdade e sempre numa base de direitos humanos. Todos os dias e em todos os territórios. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus Dr.ª Regina Bastos - Licenciada em Direito; Deputada da Assembleia da República; na 5ª Legislatura (2000/2004) - Deputada ao Parlamento Europeu e pertenceu à Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades; na 7ª Legislatura (2009/2014) - Deputada ao Parlamento Europeu e pertenceu à Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros. =====

===== Muito boa tarde a todos. Começo por saudar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis - Dr. Jorge de Oliveira e Silva, a deputada e colega - Helga Correia, o senhor Primeiro Secretário – António Grifo, o Senhor Presidente da Câmara

Municipal - professor António Isidro Figueiredo, a senhora Vereadora da Ação Social e Conselheira Local para a Igualdade - a minha querida amiga - Dra. Gracinda Leal, o senhor Vice-presidente para a Cidadania e Igualdade de Género - Dr. Carlos Duarte, cumprimento os convidados, na pessoa do meu estimado amigo e colega – Dr. Marco António Costa, dirijo-me também aos senhores membros desta Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, a quem saúdo. Queria começar por felicitar a iniciativa da realização desta Assembleia Municipal Extraordinária Temática, numa questão que é de construção longa, permanente e, ainda, com muito que fazer pela frente. Exatamente porque há ainda muito que fazer pela frente, porque há ainda muitas disparidades e desigualdades a ultrapassar entre homens e mulheres que é preciso não desistir de fazer estes avanços, estes progressos, continuar a insistir neles. Na verdade, os progressos na conquista da igualdade de géneros e de oportunidades entre homens e mulheres têm sido uma luta com fins positivos, com resultados positivos. Estamos ainda longe de alcançar a igualdade, mas podemos dizer que os progressos têm sido animadores. Ainda há que reduzir muitas desigualdades e obstáculos que as mulheres ainda enfrentam, designadamente a desigualdade salarial entre homens e mulheres, que continua a persistir para vergonha da nossa sociedade, no mercado de trabalho as diferenças entre homens e mulheres, na progressão da carreira, no processo de tomadas de decisões as mulheres ficam sempre atrás dos homens e também no setor económico e no setor político. Não queria deixar nesta minha abordagem mais pedagógica que política fazer referência ao ponto de partida da nossa sociedade e remontar ao Século XIX. Segundo o direito português no Século XIX só o marido exercia o poder tendo autoridade para maltratar a mulher, que lhe devia obediência. Este pode ser um indício e uma reminiscência da situação de violência doméstica que ainda persiste na nossa sociedade. Com a proclamação da República, em 1910, são introduzidas alterações ao Código Civil, novas leis sobre o casamento baseado na igualdade do acesso das mulheres à função pública e à escolaridade obrigatória mas, no plano político, continua a ser negado o direito de voto às mulheres. No Estado Novo houve um retrocesso em relação a estes progressos feitos na proclamação da República impediu, obviamente, esta emancipação da mulher. E, Portugal, à época, estava nos últimos lugares do ranking entre os países da Europa. Finalmente, com 25 de Abril de 1974, e com a implementação da democracia, é que foram reconhecidos direitos e deveres iguais para mulheres e homens. Em pouco tempo a mulher passou a ter portas abertas e conquistas ao seu alcance, designadamente, no acesso a cargos de carreira administrativa local, à carreira diplomática e de magistratura que estava vedada até ao momento, o direito de voto, a igualdade de direitos e deveres no que respeita à educação dos filhos, direito à licença de maternidade sem perda da remuneração e a igualdade de tratamento no casamento. E estes progressos, obviamente, abriram portas às mulheres. Depois, em 2006, implementou-se a Lei da Paridade que estabelece que as listas, para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar, a representação mínima de 33% a cada um dos géneros. As autarquias locais (onde estamos numa que é progressista nesta matéria) em termos gerais, apesar da lei da paridade aplicada nas últimas

eleições autárquicas de 2013, ainda têm uma representação feminina na tomada de decisão ténue. Finalmente, relativamente a esta questão e dada a minha experiência a nível europeu, não podia deixar de fazer aqui uma abordagem que tivesse em conta a perspetiva europeia e a perspetiva no contexto nacional desta questão da igualdade de oportunidades e da igualdade entre homens e mulheres. À pergunta: Se a União Europeia é ou não um espaço de progresso e de grandes conquistas em termos de comparação global com outros países, relativamente ao estatuto da mulher? Nós podemos sem errar afirmar que sim. A União Europeia é um exemplo de progresso dos direitos das mulheres e da igualdade de oportunidades. Estes direitos estão consagrados nos tratados: Tratado Original da União Europeia e na Carta dos Direitos Fundamentais, mais recentemente adotada. Igualdade entre homens e mulheres é um princípio fundamental e um dos objetivos e incumbências da União e que marca todas as políticas da União Europeia atravessando-as transversalmente. Segundo um estudo feito a nível europeu, estes são dados curiosos, estima-se que a este ritmo de progresso são necessários mais de 70 anos para obter igualdade de salários, 40 anos para que as tarefas domésticas sejam igualmente repartidas, 30 anos até à taxa de emprego das mulheres ser de 70% e 20 anos até alcançarmos um equilíbrio entre as mulheres e os homens na política. Este panorama exige um compromisso político para tornar a igualdade de género uma prioridade. E este compromisso tem que ser feito a nível europeu, a nível nacional e a nível local. É urgente aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e a igualdade entre os géneros em termos de independência económica. É urgente reduzir as disparidades de género nas remunerações, rendimentos e pensões. E assim, também, combater a pobreza entre as mulheres sobretudo, na sua reforma. É urgente promover a igualdade entre homens e mulheres no processo de tomada de decisões. Combater a violência de género e, defender e apoiar as vítimas, promover a igualdade de género e o direito das mulheres em todo o mundo. Nos desafios do mercado de trabalho permitam-me dizer que, a igualdade salarial em relação aos homens é a maior e a incidência de desemprego e de dificuldade de acesso a lugares de decisão económica são realidades que afetam as mulheres. A regra do salário igual para trabalho igual não tem impedido que os salários por toda a Europa continuem a ser determinados em função de muitos e variados fatores que se traduzem na disparidade social entre homens e mulheres e o mesmo se passa, infelizmente, em Portugal. O mercado de trabalho ainda é fortemente segregado em função do género, valoriza-se socialmente muito mais as tarefas tradicionalmente masculinas do que as femininas e por outro lado, a problemática da conciliação entre a vida profissional e familiar que continua a ser maioritariamente uma preocupação do universo feminino. Para alterar esta situação não bastam medidas legislativas, é preciso que as entidades empregadoras, reconhecendo esta realidade, a queiram contrariar e a queiram assumir. Ainda há muito desconhecimento sobre o que é afinal a diferença salarial em função do género. Também é menos frequente uma posição de negação por parte de quem gere recursos humanos sobre a existência de disparidades salariais nas suas empresas. Permitam-me aqui, salientar e dar um exemplo a seguir: A Associação de Produtores de Calçado, APPICAPS, realizou em abril

passado um contrato coletivo histórico que pela primeira vez põe, em folha contratual e com a força de vinculação dos seus associados, a questão de para trabalho igual salário igual, para homens e mulheres. Quanto às diferenças salariais, a tendência dos últimos anos mantém-se continuando a mulher a receber em média remuneração inferior à dos homens. Os dados que vão sendo reconhecidos revelam que esta disparidade entre homens e mulheres continua a ser persistente e difícil de combater por assentar em desigualdades estruturais resultantes da diferente participação ao longo da história de mulheres e homens no mercado de trabalho. Em Portugal as mulheres ganham menos praticamente 18% da remuneração média mensal base dos homens. Para ser mais rigorosa, ganham menos 17,9%. O diferencial salarial entre homens e mulheres é em grande medida diretamente proporcional aos níveis de qualificação de uns e de outros, quanto mais elevado o nível de qualificação maior o diferencial salarial sendo particularmente elevado entre os quadros superiores; E aqui, falasse de um conceito de diferença salarial na ordem dos 26,4%. Também a diferencial salarial varia e aumenta conforme vai aumentando a escolaridade. As mulheres estão menos representadas nas atividades e níveis de qualificação profissional onde os níveis salariais são mais altos. O crescimento da presença feminina no mercado de trabalho e o aumento da sua escolarização não tem tido efeitos no acesso a cargos de decisão nas empresas, a que correspondem remunerações mais elevadas, o chamado teto de vidro “glass ceiling”. Depois eu passaria para outro grande problema que impede o atingir desta igualdade entre homens e mulheres que tem a ver, como disse há pouco, com a conciliação da vida profissional e da vida familiar. Este é um grande desafio dos nossos dias: a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal. Este é um dos eixos fundamentais de atuação de políticas de promoção de igualdade entre homens e mulheres. As mulheres gastam, duas a dez vezes, mais tempo em trabalho não remunerado do que os homens. O que constitui um dos principais obstáculos à sua emancipação económica e política. A outra questão de que vos falava: Mulheres em cargos de chefia. Outro dos indicadores mais pertinentes no domínio da igualdade de género no trabalho e no emprego é o acesso das mulheres a cargos de chefia, independentemente do setor. A proporção de mulheres nos concelhos de administração em Portugal aumentou, de 4% em 2003 para 13% em outubro de 2015, atingindo 14% em abril de 2016. Esta proporção ainda é significativamente menor do que a média dos estados da União Europeia, que é de 23%. A igualdade de género na tomada de decisão económica: Convém que se diga que não é uma questão de mulheres, mas é o imperativo económico. Está provado (num aliás número de estudos que é público) que a correlação positiva entre uma maior proporção de mulheres nos conselhos de administração das empresas e o seu melhor desempenho, quer na organização, quer financeiro, é uma realidade. Já foram adotadas na União Europeia, medidas legislativas de autorregulação destinadas a garantir quer no setor privado quer no setor público, o aumento da participação das mulheres nos órgãos de gestão das empresas. Por exemplo: em Espanha, França, Bélgica e na Alemanha foram adotadas as cotas para prevenir esta situação. O governo português aprovou em Conselho de Ministros no passado mês de janeiro, uma proposta de lei que agora

está em discussão na Assembleia da República e que prevê um linear mínimo de participação equilibrada de 33% a partir de janeiro de 2018. E isto nas empresas cotadas e em bolsa, um objetivo de 20% de representação mínima de cada um dos sexos a partir de janeiro de 2018 e de 33% em 2020. Finalmente, não vou falar da desigualdade na área da educação, porque essa é uma questão que tem sido muito debatida pela autarquia, segundo eu sei. Por isso há aqui um esforço para que as mulheres e raparigas estudantes, não fiquem confinadas aos papéis tradicionais de assistenciais e sociais, como a educação, a saúde, a enfermagem, e outros setores ligados às prestações de serviços sociais e que tenham acesso às engenharias, às novas tecnologias, à matemática e às ciências. Porque esta desigualdade na educação faz com que haja projeção, depois na desigualdade de mercado de trabalho e também no acesso a cargos de decisão, e participação política. Eu gostaria de fazer uma abordagem relativamente às disparidades de género nas pensões. Que é uma questão que está absolutamente na ordem do dia. Porque as mulheres ganham menos que os homens, porque muitas vezes têm que abdicar da sua carreira para dar assistência aos mais velhos e aos mais novos dos seus agregados familiares, têm um histórico de descontos para segurança social que é menor. E que acaba por ter uma influência muito significativa no quantitativo de reforma e pensões, que terão nessa altura da sua vida. Por isso é muito mais comum as mulheres idosas em idade de reforma, a usufruírem das suas pensões correrem o risco de pobreza. Esta é uma questão que nos interpela a todos; Interpela a Europa nas suas diretivas relativamente à sustentabilidade da segurança social e também às orientações que dá para o emprego, e que é uma competência exclusiva dos estados membros. E também às autarquias locais que têm pela sua proximidade, que estar muito atentos a este fenómeno da pobreza feminina na terceira idade. Com isto, finalizo a minha intervenção; Agradecendo mais uma vez o convite, muito honroso, para participar como convidada nesta Assembleia Temática. Muito obrigada a todos.=====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi dito: =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Rui Pedroto - CO da Fundação Manuel António da Mota e membro da direção do GRACE (Grupo de Reflexão e Apoio e para a Cidadania Empresarial): Licenciado em direito. Em 2012 assume o cargo de vogal do executivo da Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto e seguidamente o de Diretor do Centro Distrital da Segurança Social do Porto. Em 2005 regressa ao Grupo Mota ENGIL como Diretor de Responsabilidade Social, Corporativa e Sustentabilidade tendo acumulado funções de Diretor de Comunicação e Imagem entre 2008 e 2010. Desde 2014, ocupa o cargo de CO da Fundação Manuel António da Mota. Desde 2015 é membro da direção do GRACE (Grupo de Reflexão e Apoio e para a Cidadania Empresarial) em representação da Fundação Manuel António da Mota. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores deputados, senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Tenho muito gosto em estar aqui, não o faço a título pessoal nem sequer a título institucional e em nome da instituição da qual sou presidente, que é a Fundação Manuel António da Mota. Estou aqui na qualidade, de representante do GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio e para a Cidadania Empresarial, que foi a entidade convidada para estar aqui. E vou tentar nesta curta apresentação, prometo não vos tomar muito tempo, dar aqui uma perspetiva das questões da igualdade e da cidadania, a ressonância que têm no mundo e universo empresarial de que o GRACE ao nível da responsabilidade social e empresarial é um importante representante. Uma brevíssima apresentação: Esta é uma associação que foi constituída no ano 2000, tem como missão refletir, promover e desenvolver iniciativas em matéria de responsabilidade social, corporativa e empresarial, fomentando a participação das empresas no contexto social que se inserem, através de parcerias que potenciem partes visíveis na atividade da associação e em articulação com outras entidades da sociedade civil. Foram fundadores, um conjunto de instituições, algumas das quais ainda continuam no GRACE como a FLAD (Charles Buchanan), PEC (Norma Vogelweid) BP, HBI, IBM, INAPA, etc. E este universo associativo com o passar dos anos, já lá vão mais de 17 anos acabou por se expandir e hoje está aqui uma mancha extensa de instituições que integram o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial. Há aqui algumas matérias de orientação estratégica que importa relevar, um conjunto de objetivos que são basicamente estes cinco que aqui estão elencados: a partilha de boas práticas entre empresas; o compromisso com o desenvolvimento sustentável; a aproximação das empresas à comunidade; o voluntariado corporativo (que é aliás uma marca de água muito forte do GRACE) e o alinhamento como objetivos de desenvolvimento sustentável. Há aqui dois grandes campos de atuação. Um, mais de teor reflexivo e outro que aqui se chama cidadania empresarial. Essa reflexão traduz-se e materializasse na edição de manuais, guias, estudos, um conjunto muito amplo de conferências e encontros temáticos que o GRACE vai fazendo ao longo do ano, em vários pontos do país. E um conjunto também de ações de sensibilização e divulgação das temáticas relacionadas com a responsabilidade social e corporativa. Uma outra componente, que tem a ver com o voluntariado corporativo, cuja iniciativa mais conhecida é este GIRO. O GIRO reúne todos os anos umas centenas de pessoas, geralmente trabalhadores das empresas associadas do GRACE que um pouco por todo o país se mobilizam para uma ação que geralmente dura um dia inteiro para uma ação de voluntariado corporativo. Este programa - Uni.Network, que é uma tentativa bem-sucedida até ver, de levar estas temáticas da responsabilidade social e empresarial ao universo académico. Procurando em certo sentido integrar estes temas nos currículos Universitários e do Instituto Politécnico, instituindo um prémio para os melhores trabalhos nesta área; e um conjunto, também muito amplo, de parcerias nacionais e internacionais que o GRACE tem vindo a estabelecer. E que destacaria algumas das que estão a ver (na projeção) e cujo logotipo é bem conhecido de todos nós. Mas também, com entidades do sector privado e

público e do qual está aqui exemplificado um conjunto, em que se inclui naturalmente o logotipo do Município de Oliveira de Azeméis. Que hoje, tão simpaticamente nos acolhe. Uma menção importante, porque todo o trabalho do GRACE e das empresas que o integram está estreitamente vinculado. Tem uma relação muito próxima com os objetivos do desenvolvimento sustentável e esta agenda das Nações Unidas, que está traçada até 2030 e destes 17 objetivos que estão aqui elencados, são certamente bem conhecidos de todos. Estas questões da igualdade e da cidadania de que o GRACE se ocupa, acabam por intercetar alguns destes objetivos. Aqui a nossa visão daquilo que é no fundo o tema, do que se está aqui hoje a discutir em matéria de diversidade e inclusão. Esta ideia de que a diversidade é uma realidade, mas a inclusão é uma escolha. Uma frase que nos parece feliz e bem reveladora do espírito que creio, que nos trás aqui hoje e três grandes questões: a valorização da diversidade e potenciar a inclusão; mobilizar as diferenças e as semelhanças de cada pessoa, para o benefício da organização e para que possam contribuir de igual maneira para o desenvolvimento do seu negócio; a diversidade como prioridade estratégica, além do imperativo ético que contribui para o crescimento e rotatividade económica - cria valor; e a criação de um ambiente inclusivo, não apenas traduzido na adoção de medidas parcelares para a inclusão de determinado grupo, mas o gerar verdadeiramente ambientes inclusivos que favoreçam todos e cada um, no conjunto das suas características com uma forma de pensar e de agir transversal a toda a organização – onde todos desempenham um papel. Não focar apenas numa ou noutra caixinha ou segmento da diversidade, mas criar verdadeiramente uma cultura inclusiva transversal. Uma nota para um documento do qual um conjunto de empresas fora signatárias, há bem pouco tempo, esta carta portuguesa para a diversidade. A carta começou por ser e é uma iniciativa da União Europeia, que decorre das prioridades e da estratégia europeia da Europa 2020 que está em curso, desta agenda europeia para a década e que vamos acompanhando. E em 2015, portanto, há dois anos o GRACE foi desafiado pelo CSR Europe, que é uma instituição transeuropeia que congrega um conjunto de multinacionais no âmbito da responsabilidade social, foi desafiado para implementar a carta em Portugal, tendo mobilizado um grupo de trabalho para a diversidade. A dinamização da carta está atualmente ao cuidado de sete entidades parceiras, nomeadamente de organismos públicos e privados, que formam a comissão executiva da carta. O objetivo é promover a diversidade e a igualdade de oportunidades no trabalho, independentemente da raça, origem étnica e social, orientação sexual, género, idade, características físicas, estilo pessoal e religião. Foram cerca de 130 as organizações signatárias, o que é bem significativo dos vários setores: público, social, empresarial, entidades académicas, sendo que qualquer organização, formalmente estabelecida, pode a todo o tempo assinar a carta. A carta foi acompanhada da criação de um selo para a diversidade, que é uma distinção enquadrada na carta e à qual podem concorrer qualquer organização signatária da carta portuguesa para a diversidade, independentemente da sua dimensão ou natureza jurídica. As candidaturas para o selo da diversidade estão abertas entre o dia 21 de maio e 22 de julho. Quiçá esta não possa ser uma oportunidade para o município de Oliveira de Azeméis se candidatar ao selo para a

diversidade, estão em aberto as candidaturas quase até ao final de julho de acordo com o regulamento que está disponível no próprio site. Haverá uma avaliação em seis categorias: compromisso da gestão de topo com outros níveis hierárquicos, cultura organizacional, o recrutamento de seleção e práticas de gestão de pessoas; já aqui se falou nas desigualdades de género ao nível da progressão na carreira, ao nível de ocupação de cargos de topo; ao nível da distribuição e leque salarial das empresas, tudo matérias conexas com este critério de avaliação. O desenvolvimento profissional e a progressão de carreira; a comunicação da carta e dos seus princípios e finalmente as condições de trabalho e acessibilidades. Por aqui me fico. Muito obrigado. Espero, ter-me, contido no tempo que me estava destinado. Muito obrigado. ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Vanda Caramelo - diretora no Centro Local do EDV da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT): Licenciada em Direito, e com Pós-graduação em Direito Comunitário e Direito do Trabalho; Em 2003 foi nomeada Delegada da Inspeção Geral do Trabalho da Delegação de S. João da Madeira. Atualmente é diretora no Centro Local do EDV da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Inspetora Superior na ACT participa em diversas Comissões, grupo de trabalho a nível nacional e internacional, destacando-se: TAIEX – Technical Assistance and Information Exchange Instrumente; CARIT – Comité dos Altos Responsáveis das Inspeções do Trabalho – instituições da União Europeia. =====

===== Muito boa tarde a todos. Antes de mais cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, todos os presentes naturalmente. Devo confessar-vos que olhei para a nossa agenda e notei que marco exatamente o “meio” da nossa sessão de trabalho. Portanto, isto trás uma responsabilidade acrescida de fazer uma boa gestão do tempo. Na verdade todas as intervenções que me antecederam foram de elevada qualidade, aquelas que se seguirão, serão com certeza. E portanto, tomei uma decisão rápida aqui, que foi a de não vos maçar com uma série de questões técnico-jurídicas que trazia e apenas aproveitar a oportunidade para a apresentar, e porque julgo, que a ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho deve aproveitar estas oportunidades para se abrir à comunidade e ao território onde está implantado. E vou fazê-lo, de uma forma muito simples e aproveitar para dar algumas notas sobre o tema que aqui está em debate. Dizer-vos então, que o ACT tem sede em São João da Madeira, mas tutela do ponto de vista geográfico seis concelhos. Sendo que um deles, é naturalmente, Oliveira de Azeméis, Castelo de Paiva, Arouca, Santa Maria da Feira e São João da Madeira. Eu digo muitas vezes que temos pouco território, mas um território importantíssimo do ponto de vista da concentração industrial. E portanto, temos todos a responsabilidade de zelar, cuidar dos nossos empregadores e trabalhadores da nossa área. Naturalmente que o tema que está aqui em discussão, tem tudo haver, com o que eu estou aqui a dizer. Tem tudo haver, com a principal missão da Autoridade para as Condições do Trabalho, quer da promoção das melhorias das condições de trabalho. Por isso mesmo agradeço o convite para estar presente, e então

respeitando a promessa que vos fiz, daria uma primeira nota que trazia aqui: Na verdade temos na consciência, que as questões da igualdade de género no trabalho, e que naturalmente é aquela que estou aqui a representar, elas na verdade só atingem sucesso se forem vista de uma forma mais sistémica. Na verdade não bastam leis, é preciso para além disso que haja uma negociação coletiva forte, que os parceiros sociais se envolvam nesta temática, que o diálogo social também participe de forma ativa nesta temática. É importante também que os organismos que já vimos aqui, hoje, tão bem representados, tragam na verdade à luz do dia a importância do tema, a administração do trabalho, mas também este tema deve ser discutido por iniciativas através das empresas, através da comunicação social e através da educação que hoje já aqui falamos. Na verdade, o caminho da promoção da igualdade de género é um caminho longo e que demora tempo, até haver consciência e enraizamento de comportamentos diferentes daqueles que temos tido até agora. Uma segunda nota era sobre a Constituição da República da qual já ouvimos todos aqui falar. Também já percebemos claramente, que a missão da igualdade é também uma missão da União Europeia e dos princípios da União Europeia e também dispenso de estar aqui a falar sobre eles. Notar apenas, que na verdade o princípio da igualdade entre homens e mulheres em contexto de trabalho implica, e eu diria, três aspetos cruciais: Por um lado o direito a igual acesso ao trabalho, ao emprego, à formação profissional e à progressão na carreira - sem dúvida, importante. Por outro lado, a igualdade salarial, que já tanto hoje ouvimos falar, entre homens e mulheres e a participação equilibrada de homens e mulheres na vida profissional em conjugação com a vida profissional e pessoal. Portanto, todos estes princípios estão naturalmente consagrados no código de trabalho. O desvalor foi ao longo do tempo aprimorando a expressão destes direitos no Código de Trabalho. Eu diria de uma forma muito pragmática, muito operacional que a ACT tem na verdade tido em resultado de queixas junto dos seus serviços informativos, a possibilidade de intervir nesta matéria, mas também dizer-vos de uma forma muito clara, que o tipo de discriminação que na grande maioria dos casos que nos é reportado tem a ver ainda, muito e só, com a lei da parentalidade, em particular com as questões da amamentação, do trabalho suplementar e da flexibilidade de horários e dispensas pra consultas. Portanto, no fundo há aqui um conjunto de direitos que digamos são mais tradicionais neste ambiente/ conceito, neste contexto e que estão a ser mais frequentes e que continuam a ser aqueles que estão a ser reportados à ACT. Naturalmente, que isto do nosso ponto de vista tem como causa um desconhecimento dos direitos e deveres que os nossos trabalhadores e empregadores ainda têm nesta matéria. Dizer-vos também, que para além deste desconhecimento, naturalmente que o nosso tecido empresarial constituído por micro e pequenas empresas, baseado numa gestão ainda assente em políticas informais, dificulta o tratamento destas matérias e destas questões. Por outro lado, dar-vos nota da dificuldade de prova, que nestas matérias ainda se apresenta à ACT. Por um lado, porque ainda o próprio queixoso ou queixosa, denunciante, não pretende assumir as questões e percebemos bem porquê. Por outro lado, também, porque a prova testemunhal é difícil nestas matérias. Dizer-vos que começa a surgir com grande preponderância, uma dificuldade de identificarmos formas mais

subtis de discriminação e falamos na maior parte das vezes em grandes grupos empresariais, e portanto, isto implica um grande trabalho, muito mais profundo e mais detalhado de análise com vista à verificação desta situação. E por outro lado dar-vos nota da escassez de jurisprudência ainda nesta matéria no nosso país. No fundo, dizer-vos agora, o que é que o ACT está a fazer agora neste momento e neste especial domínio. Porque realmente reconhecendo-se que os inspetores e as inspetoras são um público estratégico e fundamental, quer pelo papel que tem por verificação e controlo destas matérias, quer pela proximidade que têm junto dos trabalhadores e empregadores. A tutela entendeu por útil a celebração de uma parceria com a CITE - a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. E dessa parceria que foi consubstanciada em setembro de 2016 resultaram, e eu destacava, um documento, neste caso um guião pratico que tem oito dimensões de análise da igualdade de género em contexto de trabalho. É público está disponível no nosso site. Destacava também uma ação nacional com vista à promoção da igualdade de género no trabalho e nesse contexto, dizer-vos que na verdade neste momento, os inspetores de trabalho quando visitam as empresas têm na verdade instrumentos ao seu dispor que utilizam para verificar o cumprimento ou incumprimento das matérias relativas às questões da igualdade de género em contexto de trabalho. Dizer-vos que quer o guião, quer as listas de verificações estão disponíveis no nosso site da Internet. Convidar todos, a visitarem o site e manifestar total disponibilidade do Centro Local de entre o Douro e Vouga do ACT para participar e colaborar em todas as iniciativas quer do ponto de vista da Câmara, quer das empresas, das associações, ou estruturas que representam os trabalhadores e os empregadores entendam útil e necessário. Terminava, apenas dizendo, que: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. – Artigo 1º, da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Muito obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora deputada à Assembleia da República, Dra. Carla Tavares: Licenciada em direito; Deputada da Assembleia da República, atualmente assume funções de entre outras: nas Comissões Parlamentares dos Assuntos Institucionais Direitos Liberdades e Garantias; Assuntos Europeus.

===== Muito boa tarde a todas e a todos. Eu aproveito para cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, bem como os senhores Secretários da Mesa e a minha colega Helga Correia em particular, também os restantes convidados, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vereadora com responsabilidade no pelouro de Ação Social, os senhores deputados municipais, enfim – todos aqueles que estão aqui hoje presentes. Eu confesso que agora fui um bocadinho apanhada de surpresa, porque achava que ia ser a última. Porque no alinhamento que me tinha sido enviado, eu estava em último lugar, mas ainda bem. Assim, certamente que terminarei mais cedo. Aproveito que já se falou tanto, de forma não é que seja teórica, mas acabamos por num tema destes e depois de muito gente já ter falado, acabamos por correr o risco de ser algo repetitivos. Eu optava por falar

numa situação pessoal, e pela qual eu não queria sair daqui muito tarde, que tem a ver exatamente com a questão da igualdade e com a particularidade do exercício por parte das mulheres, de funções políticas, mas também seja qual for a sua profissão. Há pouco eu dizia em particular à minha colega Regina Bastos, que estou muito cansada, porque esta noite entre as duas e as cinco da manhã dormi muito pouco. Eu tenho um bebé, fui mãe há pouco tempo, o meu filho mais novo acordou com febre, e esse é um papel que continua a caber as mães. Cada vez que as crianças estão doentes ou tem um problema de noite – acabam por ser as mães que vão acudir. É certo que não devia ser assim. Já que estamos aqui a falar da igualdade esse deve ser o caminho do futuro. E depois do que já aqui foi dito hoje, aquilo que vos desafio que eu vos deixava era precisamente repensar não só o papel da mulher na sociedade, mas sobretudo o do homem. Porque de facto, temos feito o percurso da discussão da igualdade apenas centrado no papel da mulher, na evolução do papel da mulher, e temos esquecido de fazer o percurso ao contrário. Ou seja a evolução do papel do homem, deixar o homem de ser apenas o cônjuge, o pai, mas passar a intervir mais como pai. E eu tenho defendido e penso que cada vez mais há essa perceção, que o problema da igualdade, ou da falta de igualdade, estará quase resolvido quando deixar de haver a diferença entre as responsabilidades do homem e da mulher ao nível da família. Porque na realidade, e se fizermos uma apreciação ponderada e crítica, do que é que está por de trás dos maiores problemas da desigualdade, o problema tem precisamente a ver com a questão familiar. Infelizmente a nossa sociedade tem sempre reservado para a mulher, o papel, de cuidadora. Cabe à mulher cuidar da família, dos filhos, dos seus pais, e até dos pais do seu marido quando eles envelhecem. E é sempre sobre a mulher que recaem estas responsabilidades e por isso é tao mais difícil para a mulher, quando decide ter um percurso profissional, próprio, ou um percurso político como é meu caso e o caso das minhas colegas. Façam parenteses para referir um aspeto curioso, porque estamos aqui hoje 4 deputados da Assembleia da República e não deixa de ser curioso que já sejamos 3 mulheres e um homem. Aliás é notório de como as coisas estão a mudar. E como esta questão da igualdade é uma questão que está na agenda do dia e esta no debate político atual. Os meus amigos não me deixam mentir, quase todas as semanas ou meses, no parlamento, se debate uma questão relacionada com a igualdade. Se nós conseguirmos que os homens se equiparem mais às mulheres, e não o contrário (porque a nossa luta tem sido exatamente o contrário, as mulheres é que se tentam equiparar aos homens), mas se conseguíssemos que os homens se equiparassem às mulheres, e passem a ter também as suas responsabilidades, e até partir deles, isto tem que ser uma sensibilização aos homens. E hoje vejo esta sala aqui com muitos. Tem que ser os homens a ter esta capacidade de perceber que têm que ser uma parte mais ativa na gestão familiar, porque as mulheres têm uma sobrecarga muito grande. E há pouco a Dra. Regina falava e muito bem, a percentagem do trabalho não remunerado, por parte das mulheres é é muito grande. São duas horas e meia por dia, salvo erro. Pelo menos duas horas e meia por dia de trabalho não remunerado que as mulheres prestam e não pode ser. Isso acaba por retirar à mulher a disponibilidade mental que precisa para preparar o seu dia-a-dia, o seu trabalho e

participação cívica. E por isso iniciei dando o meu exemplo pessoal. Porque na realidade eu podia ter dito ao meu marido para ele ir acudir à criança. Mas, depois nós as mulheres temos um problema, que eu acho que é o nosso lado maternal sempre a funcionar, porque eu depois olhei para o meu marido, que há pouco tempo tinha acordado com dores de dentes e tive pena de o acordar para ir também acudir ao meu filho mais novo. Mas isto de facto, nós temos que deixar de ter este receio, temos que impor a partilha das tarefas familiares e domésticas com os nossos maridos, companheiros. Porque será uma forma de facilitar a nossa própria vida e a nossa própria disponibilidade para executarmos as nossas tarefas profissionais e não só - neste caso, políticas. Isto abre a porta para aquilo que eu queria falar, que é a questão da responsabilidade parental que agora já se fez uma evolução, deixou de ser uma responsabilidade maternal. Antes falava-se em licença de maternidade e hoje já se fala em licença de parentalidade, porque deve haver uma preocupação essencial e importante, em equiparar a responsabilidade do pai, à responsabilidade da mãe. Nós hoje temos em discussão e será brevemente na especialidade, um conjunto de propostas que foram apresentadas por vários partidos, na Assembleia República. Que visão precisamente alargar a responsabilidade parental. Eu acho que isto teria decididamente o efeito desejado no mercado de trabalho, quanto maior for a equiparação entre o tempo de licença por maternidade e o tempo de licença por paternidade, em relação ao homem, menos discriminação haverá em termos de mercado de trabalho. Este é um aspeto quer se queira ou não, tem um reflexo muito importante na nossa sociedade, e por duas razões: Porque as raparigas e as mulheres são mães cada vez mais tarde, porque quando vão procurar trabalho, aquilo que lhes é perguntado é se tem filhos ou se não tem, se está a pensa ter. Quando se faz essa pergunta está se a pensar nos efeitos que a maternidade tem no mercado trabalho, nomeadamente com a licença por maternidade e com os períodos de despesa. Eu sei que há aspetos que nunca poderão ser equiparados, nomeadamente no caso da despesa para aleitamento ou amamentação – vai ser difícil que os homens a possam ter. Aí não poderá ser feita equiparação, mas quanto mais poder ser partilhado o período de licença de parentalidade entre o pai e a mãe, menor será a desigualdade. Isso terá sem dúvida, um efeito importante no mercado de trabalho, e não diria na eliminação, mas pelo menos na atenuação das desigualdades que existem entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Podia ter feito aqui uma apresentação histórica, e admito que foi nisso que pensei e das conquistas que foram feitas nos últimos anos ao nível da igualdade, mas tudo isso, já foi aqui referido. Tudo havia, não queria deixar de referir, alguns aspetos que eu acho que ainda merecem ser pensados e aqui referidos. Há pouco a minha colega deputada Regina Bastos, referiu a questão do Parlamento Europeu, como um exemplo na persecução e na defesa dos direitos das mulheres. Mas eu não posso deixar de referir aqui um aspeto, em que o Parlamento Europeu tem a aprender com o Parlamento Português. Que tem a ver com a questão da suspensão de mandato em caso de maternidade ou de paternidade, porque penso que também não é possível. Enquanto no parlamento português, um deputado precise de exercer os seus direitos como pai ou como mãe, e já aconteceu várias vezes nesta legislatura, curiosamente, esta

legislatura tem sido muito profícua no que diz respeito ao nascimento de crianças. E já aconteceu, com mulheres e com homens. Com mulheres, penso que só aconteceu comigo. Eu suspendi o meu mandato durante seis meses. Um mês, porque tive gravidez de risco no final, e depois por cinco meses por licença de maternidade. Fui substituída pela Inês Lamego, que é de cá de Oliveira de Azeméis, e que durante esses seis meses da minha ausência exerceu funções como deputada, na Assembleia da República. E também houve já alguns deputados que assim o fizeram, suspenderam o seu mandato pelo tempo que acharem necessários para exercer os seus direitos parentais. No Parlamento Europeu, penso que não era possível e que ainda não o seja. Penso que a única solução seja mesmo renunciar ao mandato. Não há uma previsão legal para a suspensão do mandato em caso de parentalidade. Também queria referir uma outra questão, que tem a ver com as desigualdades salariais. E sei que já aqui foi falado pela senhora representante do ACT e também falado pela minha colega Regina Bastos, mas de facto, essa é uma questão que me preocupa em particular. E aliás há um projeto resolução do qual eu fui a primeira subscritora que deu entrada em março deste ano, exatamente para que fossem tomadas medidas que tivessem como esculpe a eliminação das desigualdades salariais. Mas como disse a Dra. Vanda Caramelo, a solução está precisamente na negociação coletiva e eu acrescento ao exemplo que aqui foi dado – a indústria portuguesa do calçado, eu acrescento outro exemplo que já havia sido dado: Em junho de 2015 (sei que foi no verão de 2015) pela indústria corticeira. Curiosamente, o distrito de Aveiro, tem sido exemplar nesse domínio. Na altura eu analisei a questão e foram 20 anos, eu falei com os representantes dos sindicatos, e a luta para que fosse previsto o pagamento de salário igual para trabalho igual na indústria da cortiça, durou 20 anos. As trabalhadoras da indústria da cortiça andaram 20 anos a lutar para recebessem pagamento igual por trabalho igual. E depois certamente por uma luta que não sei se foi de 20 mas há de ter sido perto disso, as trabalhadoras do setor do calçado, conseguiram ver também estipulado no contrato coletivo de trabalho, o pagamento de salário igual por trabalho igual. Recentemente e creio que foi em maio deste ano – creio que em 4 ou 5 maio de 2017, o Governo apresentou à Concertação Social um conjunto de medidas e de propostas que visão a eliminação da desigualdade salarial. E se me permitem e na sequência daquilo que aqui foi dito: este tem que ser o caminho. Porque estas questões da igualdade e sobretudo quando preveem uma maior abrangência não podem ser à força; não podem ser só por imposição, tem que haver uma concertação e quando estão em causa questões relacionadas com trabalho, tem que haver uma concertação com todos os operadores, entre todos os envolvidos, todos os interessados. Para que de facto, as medidas possam ser concretizadas e possam ter a sua aplicação. Também referir, que a lei que foi apresentada em janeiro deste ano pelo Conselho de Ministros e que tem por objetivo a promoção, ou a criação de cotas ou de maior paridade de representação de géneros, nas empresas do Estado; E que também está neste momento em discussão e é como eu vos disse, de facto, estas questões da igualdade estão na agenda política nacional. De forma inequívoca e nesta semana que agora se inicia, será possivelmente marcada pela conclusão desse processo de discussão da Lei da Paridade nas empresas do Estado. E há

pouco não foi referido, porque foi uma proposta de alteração e entrou apenas na sexta-feira. O próprio Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração à Lei do Governo, para que esta representatividade fosse alargada às empresas de administração direta e indireta, do Estado. E para que o Governo apresente até final deste ano, medidas que visem a representatividade de 33% de mulheres das empresas de administração direta e indireta do Estado, e também (e esta é uma grande conquista), nos órgãos do ensino superior. O Ensino Superior é um dos setores onde há muita desigualdade, onde as mulheres têm tido muita dificuldade em assumir cargos de liderança, e não é por falta de competência. Se todos nós fizermos um exercício para nos lembrar de uma mulher reitora, que esteja atualmente a exercer cargos como reitora vamos ter dificuldade. Eu própria confesso que única que me lembro é a Professora Doutora Helena Nazaré que foi Reitora e Professora na Universidade de Aveiro. Muito sinceramente e posso estar errada, mas não tenho memória de outra, e de facto, é também uma grande evolução e um grande progresso na situação atual de tudo aquilo que tem estado a ser feito. É certo que é um longo percurso, estas questões da igualdade nunca estarão encerradas, nunca estarão terminadas, porque aquilo que falta ainda conquistar é ainda tanto. Mas o que é certo, é que neste últimos 40 anos, assinalando também os 40 anos da constituição formal da CIG, que há pouco curiosamente me acabei por me aperceber, a constituição da CIG foi feita um dia depois de eu ter nascido; Por isso espero que seja um bom presságio. Mas de facto, neste últimos 40 anos, há uma série de conquistas que foram feitas e que todos nós devemos honrar. Nomeadamente desapareceu, embora seja usado na nossa gíria, mas desapareceu a figura do chefe de família, terminou a discriminação legal aos filhos que nasciam fora do casamento, passou a haver proteção legal na maternidade e na paternidade, a igualdade passou a fazer parte da aprendizagem de cada um de nós enquanto cidadãos, e também passou a ser quase um sinónimo de liberdade. Para além disto, porque a igualdade e isso, nós até aqui só falamos de igualdade de género, e ela vai mais além do que a igualdade de género – a igualdade entre homens e mulheres. E não posso deixar de referir a grande vitória que foi, ao ser aprovada a possibilidade da adoção entre casais homossexuais; A própria aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Todos os acessos, todos os mecanismos de acesso à procriação medicamente assistida, e o terminar das formas de discriminação, da mulher no acesso à PMA – Procriação Medicamente Assistida; A própria possibilidade de recurso à interrupção voluntária da gravidez, enfim, há uma série de fatores, que vão para além da igualdade de tratamento entre homens e mulheres. Mas que nos levam à assunção da liberdade dos cidadãos, porque efetivamente quando se fala em igualdade tem se necessariamente que falar em liberdade. E por isso é que igualdade e liberdade estão relacionadas, e por isso é que os maiores progressos foram feitos após a revolução de abril e depois do nosso país estar a viver em liberdade. E por isso e com estas reflexões, agradecendo o convite que foi formulado e a possibilidade de estar aqui entre vós, E quase que me esquecia: Não poderia deixar de felicitar o Executivo da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Assembleia Municipal por esta iniciativa, e em particular o Executivo, pelo seu Plano Municipal da Igualdade. Que eu,

esta manha apenas, tive oportunidade de dar uma vista de olhos, e eu só posso dar os parabéns à Câmara Municipal pelo trabalho feito. Aliás, trabalho esse, que mereceu o reconhecimento do prémio que recentemente receberam. Espero que possa ter deixado aqui algumas questões de reflexão para todos vós, sobretudo para que se veja esta questão da igualdade não só na questão dos direitos das mulheres e dos homens, mas sobretudo para que possa ser vista como uma aproximação da participação dos homens em relação às mulheres. Muito obrigada. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi dito:=====

===== O senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Carlos Jalali – Doutorado em ciência política pela Universidade de Oxford; professor na Universidade de Aveiro, onde dirige o mestrado em ciência política e o Programa Doutoral UA/UBI em ciência política. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Queria por começar por agradecer o convite, saudando os restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vereadora que tanto laborou por esta iniciativa. Saudar também os senhores deputados municipais e restantes convidados a esta iniciativa. Eu queria só porque estou aqui a falar em nome das universidades, primeiro agradecer a referência à Universidade de Aveiro, que teve de facto uma Senhora Reitora. Mas dizer também, que felizmente as universidades têm também procurado encetar aqui um caminho importante e temos neste momento pelas minhas contas duas Reitoras em Portugal, a Universidade de Évora e a Universidade Católica Portuguesa. Só para dar o mérito a quem o merece, mas sabemos que efetivamente e terminando este parêntese inicial, que as universidades são um placo onde as mulheres se têm afirmado e isso reflete-se, por exemplo, no facto de as taxas de graduação das mulheres serem superiores às taxas de graduação dos homens nas universidades e isso é algo de positivo para o país. Bem, eu queria estruturar esta breve comunicação em três partes. A primeira: Queria refletir um pouco, sobre o conceito de cidadania e igualdade na teoria política; Segundo: Queria explorar alguns dos desafios que a cidadania e a igualdade democráticas enfrentam contemporaneamente; E por fim: Queria refletir um pouco convosco sobre como é que podemos ultrapassar estes desafios, que creio a cidadania democrática enfrenta nos dias de hoje. Bem, começando pela primeira parte, pelo conceito de democracia: E na literatura sobre este tema, identificamos três dimensões distintas do conceito de cidadania. Uma primeira é a dimensão, que de certa forma se tem refletido em muito das muitas interessantes intervenções que temos tido até agora. Que é a noção de cidadania enquanto estatuto legal. Definido em termos de direitos mas também de deveres civis, sociais e políticos. E nesta dimensão, o cidadão tem o dever de cumprir com a Lei, está livre de agir no âmbito da Lei, e depois tem também o direito de invocar a proteção da Lei quando tal se afigura necessário. Mas há duas ou três dimensões de cidadania que creio que são importantes trazer

ao debate. Uma primeira prende-se com a capacidade de participar politicamente na vida coletiva – isso também é cidadania. A cidadania exerce, na forma como nós participamos coletivamente, nos afazeres de todos e na forma como podemos intervir e também direcionar os rumos políticos que uma comunidade isenta. A outra dimensão é, a dimensão implícita nos debates que temos contemporaneamente sobre cidadania. Que é a associação entre cidadania e identidade. Quando dizemos a alguém – é um cidadão português, estamos a associar essa noção de cidadania, uma dimensão identitária que se reflete na partilha de uma serie de valores e objetivos, e dimensões culturais que são comuns aos membros dessa comunidade. E portanto, cidadania é também, identidade em termos de pertença de uma comunidade. E essa é a dimensão comum às três dimensões. É a dimensão de participação numa comunidade; Nós participamos nessa comunidade em termos de cumprir com as regras e deveres coletivos. Regras e deveres coletivos que são a forma que permite a vida coletiva a se estabelecer padrões de paz e estabilidade, temos regras a que obedecemos, regras a que nos vinculam e que nos permitem conviver pacificamente. E depois temos a capacidade de participar coletivamente na definição dessas regras, e é por isso que temos a capacidade de participar politicamente, e isso também é cidadania. Por fim, temos a cidadania de valores comuns dentro de uma comunidade. E essa é a dimensão identitária de cidadania. A cidadania, mais plena, vivesse nos regimes democráticos, é velha a frase de Winston Churchill sobre os muitos defeitos da democracia, mas que apesar dos muitos defeitos, ela é o melhor regime político que até agora a Humanidade experimentou. E isso reflete-se, essa máxima de Churchill, reflete-se efetivamente, na capacidade mais plena de cidadania que os regimes democráticos outorgam aos membros dessas comunidades democráticas. Porque permitem não só, uma forma mais justa e mais igual na proteção legal, naquela dimensão inicial legal de cidadania, mas permitem também, aos cidadãos participarem na vida coletiva. Algo que em regimes não democráticos sabemos que lhes é vedado ou altamente dificultado e por fim são aquelas onde a dimensão identitária é mais alvo de debate coletivo, para chegar a uma dimensão comum desses valores que são partilhados dentro dessa comunidade. Dentro desta noção de cidadania democrática, há um valor que é central – o valor da igualdade. A igualdade desempenha um papel central na nossa conceção de democracia. Aliás a própria democracia, parte desta crença, deste valor da igualdade – que todos nós temos o mesmo valor. Isso reflete-se no ato mais prosaico, mas mais básico de uma democracia que é o voto. Reflete-se no facto, de todos nós termos exatamente o mesmo número de votos em eleições – um voto. E essa dimensão, esse - um voto por pessoa, algo que importa referir: Não era defendido pelos primeiros advogados da democracia no séc. XIX, como John Stuart Mill, que defendia que as pessoas mais formadas deviam ter mais votos do que as pessoas menos formadas. Essa dimensão de um voto por pessoa é a concretização prática desta noção que todos nós temos um valor igual e todos nós temos um valor igual em termos de capacidade de participar na cidadania, de participar na vida coletiva e de ter uma voz ativa nesta vida coletiva. Então a democracia é realmente a concretização máxima que temos até agora da capacidade de gerar cidadania nestas três dimensões. E implícita nesta dimensão democrática

está o tal valor da igualdade. Mas vemos que nos dias de hoje, a democracia enfrenta desafios, e desafios que poucos de nós teríamos antecipado há 15/20 anos atrás. Esses desafios refletem-se no crescimento dos extremismos. Extremismos, esses, que têm um reflexo político com uma crescente fragmentação eleitoral e o surgimento de movimentos populistas muitas vezes com discursos antidemocráticos, um pouco por todo mundo, inclusive nas democracias mais antigas como exemplo do outro lado do Atlântico ilustra. Mas também, aqui mais perto os hediondos, ataques terroristas a que temos assistido nos últimos tempos, que são um desafio muito claro, muito direto aos valores democráticos com que vivemos. E portanto, a democracia enfrenta desafios sem precedentes e que Francis Fukuyama não antecipava quando falou do fim da história em finais do séc. XX. O séc. XX ficou conhecido como século da democracia, o Séc. XXI poderá ser o século em que a democracia enfrenta os seus maiores desafios. Então com enfrentar estes desafios? Então como é que o enfrentar destes desafios, se articula com o tema desta Assembleia Municipal Extraordinária - "Cidadania e Igualdade"? Bem, rapidamente, eu colocaria para discussão três pontos que me parecem importantes. O primeiro ponto é que a cidadania democrática é algo que se aprende e tem que ser ensinado. Não é algo que possamos assumir que naturalmente as gerações mais novas vão absorver, só por viverem em sociedades democráticas. A investigação em ciência política, tem demonstrado que os valores democráticos e a prática de cidadania são mais fortes, quando esses valores são transmitidos. E mais: quando os jovens, sobretudo numa facha etária crítica de 10, 11, 12, 13 anos, são levados a compreender como é que as decisões coletivas são tomadas, e são encorajados a ter um papel também ativo na vida das suas comunidades. E portanto, este é o primeiro desafio que temos que enfrentar: A necessidade de ensinar os valores democráticos de uma forma sustentada, estruturada e que permita às gerações mais jovens compreender o seu papel de cidadania nas democracias contemporâneas. Uma segunda parte tem a ver com a igualdade de género, que foi muito referida. E aqui queria recuperar uma frase que para mim sintetiza na perfeição aquilo que é a visão de igualdade entre géneros, mas não só, a que se deve aplicar nas sociedades contemporâneas. De um dos grandes pensadores dos finais do séc. XIX inícios do séc. XX. E ele referia que: "A humanidade assemelha-se a uma ave com suas duas asas - uma é o homem, a outra a mulher. A menos que ambas as asas sejam fortes e impelidas por uma força comum a ave não pode voar rumo ao céu." De acordo com o espírito desta época as mulheres devem progredir e cumprir a sua missão em todos os setores da vida, tornando-se de igual para igual, ao homem. E eu acho que esta metáfora, que se aplica não só á igualdade entre géneros, mas também a outras dimensões de igualdade e que temos que assegurar nas nossas sociedades democráticas. E que refletem a necessidade de olharmos para o trabalho de ligação, tal como as asas de uma ave, que permitem a essa ave, levantar voo. A terceira nota que colocaria, é a nota da necessidade de olharmos para a cidadania de uma forma mais ampla. Nós somos cidadãos de muitos níveis. As pessoas aqui são cidadãos de Oliveira de Azeméis; São cidadãos da região centro; São cidadãos de Portugal; São cidadãos europeus. Mas há a necessidade de pensar numa cidadania mais ampla também, que é uma cidadania a nível mundial. Como um dos

grandes pensadores do século XIX dizia: “A Terra é um só país e a Humanidade seus cidadãos.” E esta ideia de cidadania global não é uma cidadania que substitui as outras. Tal como ser cidadão europeu, não nos retira a cidadania portuguesa ou ser cidadão de Oliveira de Azeméis, não entra em conflito com ser cidadão de Portugal. Antes pelo contrário, são dimensões que se reforçam mutuamente. E que são necessárias, porque os desafios políticos que a Humanidade enfrenta, não são desafios que fiquem pelas fronteiras de cada Estado. Como refere o cientista político David Held, “... o nosso mundo é um mundo de comunidades de destinos sobrepostos. Onde o destino de um país e de outro estão mais interligados do que qualquer altura, antes.” Neste mundo existem muitos assuntos que vão para lá das fronteiras dos países e que desafiam a relevância dessas fronteiras em aspetos cruciais. E basta olhar para os desafios económicos ou desafios ambientais para compreender como as fronteiras não nos permitem olhar, resolver, e lidar com todos os problemas. E esta dimensão de identidade a nível mundial, creio, que é uma onda que a nível identitário está bastante avançada. Olhamos para aquilo que acontece em Londres, em Manchester, e sentimos a dor daquelas pessoas como sendo nossa. Tal como sentimos a dor daqueles que estão em contextos mais distantes. Portanto, essa dimensão identitária creio, que está bastante presente. Mas há outras duas dimensões que precisam ser reforçadas e que se prendem a necessidade de olhar para os desafios de políticas públicas também a nível global. E esse desafio de criar estruturas políticas a nível supranacional, é uma dimensão importante que a União Europeia procura responder, olhando para os desafios na escala europeia, mas onde os eventos recentes e aquilo que são as dinâmicas centrífugas em muitas das democracias mundiais, reforçam a necessidade de encarar mais seriamente a necessidade de as estruturas supranacionais que possam lidar com os desafios da cidadania. Efetivamente, o futuro da democracia passa muito por aquilo que fizermos agora. E nesse aspeto a cidadania e a igualdade têm que estar presentes em todas as nossas ações, para assegurar que a democracia que foi tão arduamente conquistada no século XX, se pode aprofundar a nível mundial durante este século XXI. Obrigado. =====

===== O senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Edite Paula Pinho - Procuradora da República - nas Instâncias Centrais do Comércio, Execuções e Local Cível de Oliveira de Azeméis e Instância Central de Família e Menores de São João da Madeira e o DIAP de Oliveira de Azeméis: Licenciada em Direito; Admissão ao Centro de Estudos Judiciários (1998); Mestre em Direito – vertente de Ciências Jurídico-Criminais (2004/2005); Desde 01 de setembro de 2014 que é Procuradora da República - nas Instâncias Centrais do Comércio, Execuções e Local Cível de Oliveira de Azeméis e em acumulações temporárias com a Instância Central de Família e Menores de São João da Madeira e o DIAP de Oliveira de Azeméis. =====

===== Muito boa noite. Ao preparar-me para escrever esta breve apresentação, tentei mentalmente definir quais os pontos a considerar e de imediato surgiu-me a mensagem

transmitido no filme “As Sufragistas”, que baseado em factos reais, relata a luta no início do século XX, de um pequeno grupo de mulheres, em plena Inglaterra, pelo direito ao voto. Logo no início surge aí uma imagem que bem traduz obstáculos que as mulheres ao longo dos tempos tiveram de enfrentar para conseguirem uma igualdade de direitos de oportunidades semelhantes àquelas de que beneficiavam os homens. Aparece um grupo de políticos que discutiam o dito movimento clandestino que começava a dar sinais e no qual se diz: “se lhes concedemos o voto, isso significa o desmoronamento da estrutura social. Elas são já bem representadas pelos pais, irmãos e maridos”. Uma vez concedido o voto seria impossível ficarmos por aí. As mulheres exigiriam o direito de serem deputadas, ministras, juízas. No nosso país, apesar do direito ao voto das mulheres ter sido reconhecido em 1931, só após o 25 de abril, foram admitidas mulheres na magistratura. Atualmente, esta é uma área de trabalho, em que para além das oportunidades de serem iguais entre homens e mulheres, predominam as mulheres. A título de exemplo no tribunal judicial de Oliveira de Azeméis, somos 10 magistradas e 1 magistrado. E o mesmo sucede, nos demais participantes na administração da justiça, nomeadamente os advogados e os oficiais de justiça. Tratou-se no fundo numa evolução natural e saudável, sendo esta uma área em que o género não é determinante para obtenção de qualquer vantagem ou desvantagem. Relativamente àqueles que procuram os serviços, tem-se verificado também uma evolução no que diz respeito ao modo como se evocam os direitos e se aplica à lei. Não me referirei às questões relacionadas com direitos laborais, pois para além de não ter contacto direto com as mesmas, vi no programa que estaria presente a senhora Doutora Vanda Caramelo e, que certamente, trataria todas essas questões e não haveria necessidade de eu me limitar ou repetir algumas delas. Refiro-me algumas situações de ocorrências de violência doméstica e aos processos de regulação de exercício de responsabilidades parentais. Nesta matéria, nos quase 20 anos de exercício de funções, constato que em ambos os géneros têm vindo a tomar consciência dos seus direitos e fazer-lhes valer o que implica, que os aplicadores da lei, os magistrados, secundados pelo legislador, que vai quando a lei tem essa evolução, tenham hoje processos e decisões, que cada vez mais, revelam igualdade de géneros. Demonstrativo do que acabei de dizer, é por exemplo, o enorme número de processos de violência doméstica em contraposição com os quase inexistentes, há quase 15 anos atrás. Obviamente, que nessa altura e muito antes, havia violência doméstica, mas por vários fatores nomeadamente, a dependência económica, que a vergonha não era denunciada. Nesta matéria, felizmente, a evolução foi tanta que atualmente, já não é necessário haver sequer violência física, para que alguém seja punido, pelo mau estar que causou e as vítimas têm em regra conhecimento e consciência disso. Em matéria de família de menores, também se tem verificado uma evolução no sentido dos dois progenitores poderem demonstrar-se em iguais condições, para se manterem os guardiões dos filhos, apesar de separados. Provavelmente, algum de vós conhece um pai ou um filho que alguns anos atrás falava com tristeza, que o divórcio correspondeu a uma separação de pais e filhos e que os convívios, entre ambos, passaram ocorrer apenas ao fim de semana e quinzenalmente. A paridade entre pai e mãe, nesta área tem sem dúvida evoluído de modo a que,

atualmente, seja já reconhecido, o instituto da guarda partilhada para as tais situações em que se mostre que o pai ou a mãe estão habilitados e disponíveis, em modo semelhante. Em suma, os tempos têm sido de evolução pela paridade de géneros e fica a minha nota final de esperança, que não ocorra em modo algum um retrocesso nesses passos dados. Muito obrigada. =====

===== O senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente Comissão Parlamentar de Defesa Nacional – Dr. Marco António Costa: Licenciado em Direito; Deputado da Assembleia da República; foi Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Segurança Social, Família e Criança, no XVI Governo Constitucional (2004/2005). Atualmente assume funções como Presidente na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que na sua pessoa, cumprimente todos os membros da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, caros convidados e restantes pessoas que persistem em continuar a assistir a esta maratona de intervenções. Procurarei ser muito breve e tentarei ser muito objetivo. Perguntou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal na sua intervenção inicial, se fazia ou não sentido, que fosse introduzido o método legal das quotas como instrumento para alcançar um fim social, que é o fim da igualdade de género. A minha resposta, a título pessoal, enquanto agente político, é que sim! E porquê? Ficou bem patente na última intervenção da Senhora Procuradora, que não há dúvidas sobre existência de um progresso social significativo na nossa sociedade nestes últimos 40 anos, no sentido de garantir que, mulheres e homens, nas mais diversas áreas de atividade assumam um plano de igualdade. Nomeadamente, no plano profissional. A verdade, é que persistiu sempre no setor da atividade política uma barreira, que era uma barreira, que muitas das vezes, nem a competência, nem o mérito, lucravam vencer. E essa barreira tem uma razão, na minha ótica muito simples, é talvez o maior passivo sociológico que mais de 40 anos de ditadura deixaram o nosso país. Se for possível, no plano social, ultrapassar muitas, desses passivos que foram deixados por anos de chumbo numa ditadura política, no plano da igualdade dos direitos políticos, nomeadamente, no exercício de funções políticas, essa foi uma doença silenciosa que persistiu durante várias décadas. E, por isso, quando não se consegue de uma forma natural, resolver aquilo que, historicamente é uma distorção de desenvolvimentos adequados na sociedade, deve-se recorrer a um instrumento legal para corrigir, essas desigualdades e esses desvios comportamentais. E, de facto, esta lei, ao introduzir as quotas e respondendo à pergunta do Senhor Presidente, resolveu um passivo sociológico, deixado por um regime iníquo. Resolveu uma situação iníqua que persistiu por culpa dos dirigentes políticos que, de uma forma ou de outra, não souberam estar à altura de se abrirem, a um conceito de participação, em pé de igualdade das mulheres na atividade dos partidos e na atividade cívica política e a verdade, é que não fosse essa lei, porventura hoje, não teríamos hoje, o grau de qualidade de participação cívica e política, que

hoje temos nos diferentes níveis da nossa vida política. E portanto, senhor Presidente, permita-me, que lhe diga, que a melhor forma de corrigir esta injusta e inaceitável herança que a ditadura nos deixou, de forma silenciosa e que persistiu no comportamento inaceitável da nossa classe política, na qual eu me incluo e, como tenho duas filhas, gostaria que elas não vivessem em circunstâncias que muitas colegas minhas tiveram de viver para vencer as dificuldades de romper com muitos dos preconceitos na organização da vida política, na capacidade de poderem aceder em pé de igualdade a um debate político, em que o reconhecimento do papel que têm tido é suficientemente valorizado, portanto dizia eu, que a resposta a isso é assim: que podemos dizer sobre a igualdade e com isto, termino, que quero fazer uma intervenção muito curta: eu julgo que a igualdade só será atingida nas diversas facetas nomeadamente, na faceta do respeito duma cidadania plena, através da educação, por via pedagógica, através da persuasão, essa também de via pedagógica mas, fundamentalmente, como dizia há pouco a minha colega, Deputada do Partido Socialista, por ventura fazendo a reflexão, em caminho inverso, isto é, discutindo as responsabilidades dos homens face aos direitos das mulheres e, em terceiro lugar, talvez, talvez não, de forma decidida, pela determinação legal. A determinação legal, dizia há pouco a senhora Inspetora Geral do Trabalho, que a determinação legal hoje existe mas, só a penalização leva a que as consciências se avivem e respeitem esses princípios. Se nós questionarmos muitas das pessoas que cumprem essas obrigações legais, elas concordam com essas obrigações mas, se elas não existissem, continuariam a concordar mas, não as cumpririam e, portanto, educar, persuadir e determinar e, se necessário, castigar, para cumprir um dos hidratos superior que é a igualdade e uma cidadania de melhoria plena, não deve constituir hesitação nunca num Estado moderno, com uma classe política responsável e com uma sociedade consciente dos seus poderes e dos seus deveres. Muito obrigado e parabéns pelo vosso trabalho. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º António Pinto Moreira, CDS/PP.=====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, senhores convidados aqui presentes e que tanto vêm aqui enriquecer e dar o contributo para a riqueza desta Assembleia Municipal Extraordinária, restantes membros da Assembleia Municipal, senhores e senhoras aqui presentes, colaboradores da Autarquia. Em 1975, Maria de Lourdes Pintasilgo, Ministra dos Assuntos Sociais, cria a Comissão da Condição Feminina. Um ano após o 25 de abril, apenas, esta iniciativa confirma uma diferença de marca, entre um passado político deposto e um novo paradigma para um Portugal moderno. Com a convocação internacional, onde homens e mulheres procuram caminhar lado a lado, na construção duma sociedade mais justa e mais próspera. Nestes 40 anos, Portugal procurou acompanhar o desenvolvimento internacional e, persistindo ainda hoje desigualdades de género, que é preciso erradicar de vez, as

desigualdades do século XXI aportam a realidades muito complexas. As desigualdades já não se devem colocar apenas na condição das mulheres, mas trata-se duma questão conjunta de mulheres e de homens. As desigualdades estão em plena cidadania, fundamental para o progresso da humanidade. Em cada sociedade, cada pessoa participa com a sua inteligência, aquela com que nasceu e transporta consigo, uma forma de programação mental que se chama: cultura! Aquela que a construiu ao longo da sua vida. Inteligência e cultura, são assim dois ingredientes, com os quais poderemos almejar, chegar a patamares mais elevados da nossa cidadania. Torna-se importante, a consciencialização de cada um, de forma individual para o seu papel e os seus deveres para uma sociedade em que o coletivo não possa ser prejudicado por egoísmo e ações individualistas. No plano do Estado, deverão a continuar a ser implementadas políticas públicas, no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género e, de combate à violência doméstica, violência contra pessoas idosas e indefesas, violência nas escolas e de todos os tipos de violência incluindo, o flagelo de tráfico de seres humanos. No plano autárquico, a igualdade de género e não discriminação, na intervenção municipal, é um fator de coesão e inclusão social, deve desenvolver a sua ação com vista à identificação e implementação de práticas promotoras de igualdade inclusiva de homens e mulheres nos serviços municipais, como exemplo e contributo para todos os setores da nossa sociedade. O avanço e o progresso, nem sempre se fazem com linhas direitas e diretas. Uma vez mais, tem haver, com inteligência e com a cultura. No ano de 2000, sendo eu vereador do pelouro da ação social, com os serviços de ação social da Câmara, decidimos trabalhar para a instalação duma sucursal da APAV em Oliveira de Azeméis, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Várias reuniões de trabalho foram realizadas em Oliveira de Azeméis e na sede da APAV em Lisboa, para definição de todas as questões inerentes ao projeto. Este projeto que seria participado pela Câmara, seria apoiado pela Câmara e patrocinado. Este projeto em reunião de Câmara Municipal veria a ser reprovado, liminarmente por todos os restantes membros, dos 3 partidos políticos do elenco camarário, quer da parte do executivo, quer da parte da oposição. E assim, foi um nado morto. Mas o passado não mobiliza, já não o temos, já não nos pertence. Não se pode estar com os olhos no passado, quando se pretende uma visão para o futuro, saúdo, por tanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela sua anuência a esta tão meritória iniciativa, que está a ser realizada uma Assembleia Municipal em Oliveira de Azeméis, subordinada ao tema da “Igualdade e Cidadania”. Por aqui, estamos no bom caminho. Obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Ana Sofia Pinho, PS. =====

===== Muito boa a tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, todo o Executivo Camarário, senhores convidados, caros colegas deputados da Assembleia Municipal, todo o público aqui presente, sejam todos muito bem-vindos. Antes de

iniciarmos, queria que vocês fizessem apenas, um exercício de memória, uma coisa simples, vamos recuar cerca de 100 anos atrás, 1913. Ninguém estava cá, naturalmente! Mas penso que todos conseguem fazer esse pequeno esforço. 100 Anos atrás, 1913, numa bela tarde de sol, estávamos todos aqui reunidos, exatamente, para debatermos este tema. Igualdade e Cidadania! Vamos começar, desde já, eu não estava aqui a falar. A maior parte das mulheres, todas as mulheres aqui presentes, também não poderiam estar aqui. Aos homens, todos aqueles que teriam formação superior e todos aqueles que seriam abastados e chefes de família. A igualdade era um tabu, não se falava! E a questão da cidadania era remetida apenas, para uma questão de mera filantropia ou então, do mecenato. Numa época, em que as mulheres, eram renegadas para segundo plano na vida pública e política, recordo apenas um nome, Carolina Beatriz Ângelo e a forma inteligente e astuta, como em 1913, conseguiu despercebidamente exercer o seu direito de voto, que estava então vedado às mulheres. Por seguindo a história, chegamos a 1974, a 25 de abril e à consagração de voto democrático. Após a revolução democrática é que todos os cidadãos, homens e mulheres, puderam votar e votar livremente, em que o seu voto era igual ao voto de qualquer um de nós. Só após a Revolução de 74, é que as mulheres portuguesas puderam fazer parte de órgãos políticos sem qualquer condicionalismo e já aqui referimos, Maria de Lourdes Pintasilgo. Passados 43 anos e apesar, de se considerar que o caminho percorrido merece um aplauso, há um dado relevante, só em 2015, há bem pouco tempo, nas últimas eleições legislativas, é que se alcançou um terço dos mandatos no feminino na Assembleia da República. Mas estarão todos a pensar, porque é que uma miúda como eu, está aqui a falar do passado. Pois bem! Foi no passado que se começou a luta pela igualdade e é, a ele, que devemos tudo o que somos hoje. A luta pela igualdade de direitos e deveres vai ser sempre uma constante ao longo dos séculos. Antigamente, as mulheres lutavam não só pelo direito ao voto mas, sobretudo, lutavam contra a sua invisibilidade na sociedade. Hoje é certo, que já adquirimos o direito ao voto em igualdade de circunstâncias mas, ainda temos outras lutas pela frente. Continuaremos a lutar pela igualdade de salários, pela igualdade de oportunidades, continuaremos a lutar contra a violência, contra o assédio sexual, contra os crimes de cariz sexual. Deixo apenas alguns dados, dos muitos também que já foram ditos, as mulheres portuguesas trabalham, em média, mais 61 dias por ano sem remuneração comparativa aos homens. Quanto mais elevada a idade, maior é a diferença no ganho mensal entre um homem e uma mulher. Em Portugal, apenas 34% das mulheres têm cargo de gestão, embora constituam, 49% da força laboral. Ainda há um longo caminho a percorrer! E questões de igualdade ou melhor dizendo, da falta dela, não acontecem apenas e tão só em relação às mulheres. Quantas vezes ainda ouvimos falar de situações discriminatórias em relação à comunidade cigana? Ou até mesmo em relação a pessoas com mobilidade reduzida? Quantas vezes não ouvimos alguém dizer, que não vai matricular o filho em determinada escola, porque lá tem meninos e meninas da comunidade cigana e isso é um mau exemplo. Quantas vezes não soubemos de um conhecido nosso que, portador duma mobilidade reduzida, foi preterido uma entrevista de trabalho não pelo facto de não ter qualificações, ou não estar apto a exercer o

trabalho mas, pelo simples facto, de por exemplo estar agarrado a uma cadeira de rodas? E não só isto, vejamos! Estamos no auditório e se olharmos à nossa volta, se uma pessoa, com mobilidade reduzida, quisesse vir aqui a este palco, não poderia fazê-lo pelas vias principais mas, possivelmente, pela via interna. Não estaria em circunstância de igualdade para conosco. Onde está a igualdade quando caminhamos pelas ruas desta e de outras cidades e encontramos dificuldades sérias em subir um passeio, devido à sua inclinação? Ou então pura e simplesmente, não existir um passeio em condições condignas e a pessoa ter-se de deslocar pela berma da estrada. Não terão eles os mesmos direitos como todos nós? Não serão eles cidadãos portugueses ou cidadãos do mundo? Tal qual como nós? O lema é antigo: “Todos diferentes, todos iguais”. Pois bem, todas estas situações de igualdade e outras tantas, cabe-nos a nós, decisores políticos, potenciar todas as condições necessárias, para que todos os cidadãos tenham esses direitos e direitos iguais. Criando as bases para todos termos direitos e direitos iguais, estamos a dar a possibilidade de cada um, de fazendo uso do seu livre arbítrio, poder decidir e escolher o melhor que convier em igualdade de circunstâncias. Assim, cada cidadão e cidadã, poderá exercer a sua plenitude de cidadania. O Município de Oliveira de Azeméis, recebeu como já aqui foi dito, o Prémio “Viver em Igualdade”, uma iniciativa da CIG. É certo que o nosso Município não está à frente, estará à frente de muitos Municípios portugueses mas, também é certo, que estará atrás de outros tantos Municípios portugueses. A base poderá estar lançada mas, o trabalho ainda é árduo num concelho que é tendencialmente conservador e onde alguns indícios como os da violência doméstica, ainda estão bem presentes. A consciencialização da população, ainda é uma necessidade premente que não será e não poderá ser esquecida. Enquanto as mulheres tiverem um salário menor do que os homens, enquanto as mulheres trabalharem mais horas do que os homens, enquanto as mulheres forem rejeitadas para trabalharem em lugares de topo e pelo simples facto de serem mulheres. Enquanto existirem mulheres que pela sua profissão não têm direito a uma licença de maternidade condigna. Enquanto as mulheres continuarem a serem olhadas de lado, em profissões maioritariamente de homens e enquanto das mulheres continuarem a serem vistas como escravas e submissas. Enquanto sendo homem ou mulher for recusado o direito de ser cidadão de um país. Enquanto sendo homem ou mulher for recusado um emprego para o qual está apto por ter mobilidade reduzida. Enquanto sendo homem ou mulher for recusado ou condicionado o exercício da vida pela via da cidadania. Temos um longo caminho a percorrer! Teremos muito ainda a debater! Teremos ainda de criar muitas soluções para suprir as desigualdades e dizer presente aos desafios que vão surgindo com a natural evolução da sociedade. É criando novas bases e respostas, para suprir estas desigualdades, que vamos também criar as condições ideais para todos exercerem a sua cidadania ao mesmo tempo que nós, enquanto decisores políticos, também estaremos a exercer a nossa: trabalhar pelo bem comum. Já muito se disse aqui, falou-se no artigo 13 da Constituição da República Portuguesa, mas eu não quero e não posso, acabar a minha intervenção, sem enunciar o seu número 2 do artigo 13 da Constituição da República Portuguesa, que diz o seguinte: “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado,

prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social ou orientação social”. Muito Obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, PSD. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caríssima Mesa, Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal, estimados convidados, a quem agradeço em nome da bancada do Partido Social Democrata, os valiosos contributos, para esta Assembleia, e para a comunidade oliveirense. O mundo, vive hoje, um tempo de desafios! O desafio da solidariedade, como pilar do desenvolvimento, de um desenvolvimento equilibrado, harmonioso e sustentável. O exercício de solidariedade é capaz de integrar e sobretudo, que gere confiança. Também o desafio do convívio dos interesses nem sempre inexistentes, muitas vezes contraditórios, por vezes até incompatíveis. O desafio do desenvolvimento, o desenvolvimento que une, que soma e não um desenvolvimento que divide, promovendo um egoísmo e um isolamento. O desafio do exercício da liderança, capaz de conquistar a confiança das pessoas. Vivo o desafio da responsabilidade e do compromisso, que são tantas vezes renegados para segundo plano, pelo primado dos direitos e das reivindicações. O desafio do fortalecimento da família, como célula central e incorruptível da sociedade. Estes são desafios atuais, com que se enfrenta o nosso mundo de hoje, o mundo de 2017. E são desafios que cruzam a nossa sociedade, aos mais diversos níveis e que todos são comuns. São desafios para as instituições que governam o mundo. São desafios que se apresentam aos governos dos países. Mas são também desafios, para as autarquias locais. São desafios para as empresas e para as instituições sem fins lucrativos. Mas também são desafios para as famílias e são desafios para cada um de nós, as pessoas, nas suas relações pessoais. A promoção da consciência para a igualdade, ocupa de pleno direito, o lugar de destaque, nos desafios da sociedade de hoje e, no concelho de Oliveira de Azeméis, de modo particular. Somos hoje, aqui chamados, a debater, de modo solene, o tema da Igualdade e da Cidadania. Acreditamos convictamente, na defesa intransigente da igualdade de direitos e oportunidades, como garante duma sociedade mais justa, mais equilibrada, mais motivada, mais unida, mais feliz! Acreditamos igualmente, numa promoção de igualdade responsável, sensível, capaz de tratar de modo igual, o que é igual e de modo diferente, o que é diferente. Cada ser humano independentemente, da sua condição ou género, é um exemplar único e diferente e, isso por si só, é merecedor de atenção e de respeito. A arte de integrar com equidade, seria, se interpretada ao seu limite, a garantir o alcance do melhor de cada pessoa. A consagração do direito constitucional à Igualdade, só por si, é insuficiente, se não for acompanhada por medidas concretas, efetivas e consequentes. É justo, antes de mais, realçar que este não é um tema novo nas preocupações no Município de Oliveira de Azeméis. Realçamos a preocupação da Câmara

Municipal de Oliveira de Azeméis, quando em 2011, deu início à elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social. Desse Plano resultou um conjunto de linhas estratégicas para reforço da igualdade e da responsabilidade social no nosso Município, de Oliveira de Azeméis. Deste Plano resultaram ações concretas, práticas, consequentes, que melhoraram os índices de responsabilidades social e de igualdade praticados no nosso Município. Por isso, o reconhecimento feito pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, com atribuição do Prémio Nacional, “Viver em Igualdade”, é algo que a todos nos deve orgulhar, mas que não nos surpreende. Reconhecidamente, Oliveira de Azeméis, é um Município com lugar de destaque na promoção da igualdade e cidadania e, por isso, Oliveira de Azeméis, tem a responsabilidade acrescida na continuação da forma comprometida desta mesma missão. É certo, que nos compete a todos, a todos nós, dar o nosso melhor contributo, na prossecução desta missão integradora e responsável, na nossa família, no nosso trabalho, na nossa comunidade ou na nossa instituição. É justo, destacar, reconhecer e agradecer o papel central desempenhado por uma mulher como propulsora de todo este processo em Oliveira de Azeméis, a Doutora Gracinda Leal, como Conselheira Local para a Igualdade é inquestionavelmente merecedora dum reconhecimento coletivo, sobretudo pelo entusiasmo e entrega dispensados a esta causa, em tudo o que faz. Oliveira de Azeméis quer, Oliveira de Azeméis merece, Oliveira de Azeméis vai seguramente continuar a construir de mãos dadas uma comunidade mais integradora e responsável, para o bem de todos. Muito obrigado. =====

==== PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO) ====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do senhor António Matias. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor António Matias. =====

===== Boa noite. O tema chamou-me muito a atenção, em particular Cidadania. Porque, na minha opinião, nos falta muita cidadania. Gostei muito da sua apresentação, professor Carlos Jalali, gostei muito porque é desse tipo de apresentação que, na minha opinião, nós precisamos. Esclarecer. Porque muita palavra, muito discurso, em particular discurso escrito e mais escrito e lido, não tem significado. Eu penso terminar com a minha pergunta: Cidadania? Porque é que nós, aliás, eu não, os deputados da Nação, membros que estão aqui, conseguem colocar na Lei Portuguesa, aparentemente é uma Lei, que diz que esta Assembleia começa às 17 horas e 30 minutos e ela efetivamente começou às 18 horas e 12 minutos, pelo meu relógio? Ora, isto é uma falta de respeito, para quem chegou aqui às 17 horas e 25 minutos para assistir a uma Assembleia Municipal. Infelizmente dizem, que isso é normal. Eu acho que não é normal.

Assim como achei muito interessante que se fala de mulher, mas se deve passar a falar de homem. Eu acho que, merece uma reflexão da vossa parte. Muito Obrigado. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Refletimos todos. Não havendo mais ninguém, resta-me, como Presidente da Assembleia Municipal, agradecer aos convidados o extraordinário enriquecimento que nos deram com as suas intervenções e a excelência delas que nos vão fazer efetivamente refletir e sairmos daqui pessoas melhores e com a igualdade e a cidadania presente todos os dias nas nossas cabeças. A todos, muito obrigado. =====

===== Antes de terminar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, declarou encerrada a Sessão, eram vinte horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====